



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Inspirali Educação S.A.

CNPJ/MF Nº 35.822.503/0001-27 - NIRE 31.300.130.835

Balanco Patrimonial - Valores expressos em milhares de reais - R\$					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro					Valores expressos em milhares de reais - R\$				
Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	Integralizado	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores		Participação de não controladores		Total do patrimônio líquido	
		31/12/2021	31/12/2020						31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Ativos Circulantes														
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	13	4.682									756	
Aplicações financeiras	6	-	-	14.426	8.710	4.230	-	-	12.940	-	-	-	91	
Contas a receber	7	-	-	13.412	8.710	4.230	-	(389)	(389)	-	-	-	2	
Adiantamentos diversos	21	68	-	1.025	8.710	4.230	-	(389)	12.551	-	-	-	2	
Contas a receber com partes relacionadas	21	45	-	11.703	3.180	20.519	-	-	23.699	-	-	-	23.699	
Dividendos a receber	21	2.073	-	-	-	-	-	-	-	-	5.504	-	5.504	
Outros ativos circulantes		1	-	717	-	-	-	-	-	-	-	-	17	
Total dos ativos circulantes		2.195	13	45.965	-	-	(78.747)	-	(78.747)	-	-	-	866	
Ativos não Circulantes														
Contas a receber	7	-	-	838	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Depósitos judiciais		-	-	623	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Créditos com partes relacionadas	21	-	-	202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros ativos não circulantes		-	-	452	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Investimentos	9	235.123	19.721	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	10	6	-	11.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Direito de uso de arrendamentos	11	-	-	12.420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Intangível	12	4.938	-	267.144	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total dos ativos não circulantes		240.067	19.721	293.177	-	-	-	-	(13.791)	(389)	(269)	-	(14.060)	
Total dos Ativos		242.262	19.734	339.142	-	-	(78.747)	-	(14.180)	(56.263)	5.235	-	(51.028)	
Passivos e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)														
Passivos Circulantes														
Fornecedores	13	1.273	-	24.391	-	-	-	-	-	-	-	-	128	
Arrendamentos a pagar	11	-	-	230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações sociais e salariais	11	713	-	2.193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações tributárias		236	-	1.703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamentos	14	-	-	2.583	-	-	-	-	-	-	-	-	1.123	
Títulos e obrigações em aquisições	15	200.803	568	200.803	-	-	-	-	-	-	-	-	568	
Dividendos a pagar		-	-	17.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos circulantes		-	-	458	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
Total dos passivos circulantes		203.025	569	249.768	-	-	-	-	-	-	-	-	1.826	
Passivos não Circulantes														
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Títulos e obrigações em aquisições	15	95.500	6.614	105.231	-	-	-	-	-	-	-	-	6.614	
Dividendos a pagar	21	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	21.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis		-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total dos passivos não circulantes		95.500	6.614	140.402	-	-	-	-	-	-	-	-	6.614	
Total dos Passivos		298.525	7.183	390.170	-	-	-	-	-	-	-	-	8.440	
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)														
Capital social	16	11.890	8.710	11.890	8.710	-	-	-	-	-	-	-	8.710	
Reserva de capital	16	24.774	4.230	24.774	4.230	-	-	-	-	-	-	-	4.230	
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(78.747)	-	(78.747)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prejuízos acumulados		(14.180)	(389)	(14.180)	(389)	-	-	-	-	-	-	-	(389)	
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(56.263)	12.551	(56.263)	12.551	-	-	-	-	-	-	-	12.551	
Participação dos acionistas não controladores	17	(56.263)	12.551	(51.028)	12.551	-	-	-	-	-	-	-	12.551	
Total do Patrimônio Líquido		242.262	19.734	339.142	20.991	-	-	-	-	-	-	-	20.991	

2.5 Aproveitamento das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 16 de setembro de 2022. 3. Políticas Contábeis, Declaração de Relevância e Julgamentos: 3.1 Julgamentos e estimativas contábeis: De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras, são divulgadas abaixo: 3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos: A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, é reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados ao saldo do tributo diferido passivo constituído. A

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7607-0F72-C0C8-6B36.

Compensação de valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 4.5 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. 4.6 Depósitos judiciais: Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra elas. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo. A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras. Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários. 4.7 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

Table with 2 columns: Anos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Máquinas equipamentos, Biblioteca e videoteca, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Outros, etc.

Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes 30
Carteira de clientes 1,5 - 4,5
Tecnologia 3
Software 3
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância 3
Credenciamento MEC 3
Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso; A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo; Há capacidade de usar o intangível; Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e; Os custos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos. 4.9 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ativo, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ativo são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ativo é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ativo se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ativo, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ativo reconhecido no resultado do exercício não é revertido. 4.10 Combinação de negócios: O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende: Valores justos dos ativos transferidos + Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido + Participações societárias emitidas pelo grupo + Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e + Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida. O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exige julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos. O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ativo. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro. A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado. 4.11 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. 4.12 Provisões para contingências: As provisões de processos judiciais (trabalhistas, civis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante. A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente R\$ 4.563 referente a processos cuja probabilidade de êxito é possível, e, consequentemente, não estão provisionados. 4.13 Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. 4.13.1 Corrente: Conforme descrito na nota explicativa 4.15.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos. O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI. Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. 4.13.2 Diferido: Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. Essa probabilidade é baseada em projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas e com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações. O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos

diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido. 4.14 Passivos financeiros: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e títulos e obrigações em aquisições. 4.15 Reconhecimento de receita: 4.15.1 Mensalidades: A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados trimestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequentemente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos. As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravelar antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de quaisquer valores em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico. 4.15.2 Outras receitas: Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção, desenvolvimento e licenciamento de software principalmente focados em anatomia e fisiologia humana, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento. 4.16 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo: 4.16.1 FIES: O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC"). Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação do Grupo do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal. Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1). O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários-mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros. Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconexão da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020. As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES. 4.16.2 PROUNI: O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinados a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia. Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período. As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação e serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários-mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte. A IES que tenha aderido ao PROUNI e mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão: IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia. A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2020 e 2021. 4.17 Resultado financeiro, líquido: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas. 4.18 Arrendamentos: As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no preço aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos tratados isolados relativos. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variável de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variável de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais é apresentada abaixo:

Table with 3 columns: % por prazos, 9 a 16 anos, 17 a 25 anos. Rows include 0 a 8 anos, 5.99% a 12,85%, 11,00% a 12,75%, 13,00%.

resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina, sendo assim, não é uma divulgação obrigatória para o período. A análise do segmento Inspiral - operações médicas contempla informações desagregadas por IES sem que as mesmas se constituam em segmentos operacionais distintos. Essa análise é realizada pela Diretoria Executiva que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. 4.22 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas e práticas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas e práticas contábeis, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Table with 2 columns: Alterações à IAS 1, Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. Alterações à IFRS 3, Referência à Estrutura Conceitual. Alterações à IAS 16, Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido. Alterações à IAS 37, Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato. Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020, Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura. Alteração ao IAS 8, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Alteração ao IAS 12, Imposto Sobre a Renda.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. 5. Combinação de Negócio: 5.1 Composição preço de compra e ativo:

Table with 3 columns: Medroom (a), IBCMED (b), Total. Rows include Data de aquisição, % Participação, Pagamento à vista, Earn-out, Valor nominal da aquisição, etc.

(a) Valores referem-se à alocação final do investimento da Medroom adquirido em 2020. Houve a alocação dos ativos adquiridos pelo valor justo de R\$ 5.576, gerando uma redução final ao ativo anteriormente observado no valor de R\$ 5.576. O valor final do ativo registrado na operação é de R\$ 14.234. (b) Em 23 de novembro de 2021, a Inspiral assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A., além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026, que já está registrada contabilmente. A transação não está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e os valores são como segue: (i) Pagamento de R\$ 10.000 à vista na assinatura do contrato; (ii) Valores serão pagos em 3 parcelas anuais, variáveis, a serem pagas a partir de 2023 até 2025. O valor das parcelas variáveis será aferido com base em múltiplos de EBITDA, referente ao exercício social anterior da eventual opção.

Table with 3 columns: Medroom, IBCMED (a), Total. Rows include Data de aquisição, % Participação, Composição do preço de compra e do ativo, Pagamento à vista, Pagamentos parcelados, Earn-out, Valor nominal da aquisição, etc.

(iii) Pagamento de R\$ 4.557 em 30 de novembro de 2020 e R\$ 3.685 pelos ativos conversíveis em ações. (iv) Pagamento de R\$ 3.000 a ser realizado em 5 parcelas, sendo que a primeira foi liquidada em novembro de 2021. (v) Earn-out a valor justo de R\$ 6.468 a serem pagas da seguinte forma: R\$ 4.350 em 30 de janeiro de 2025 e R\$ 2.118 em 30 de janeiro de 2026, conforme cumprimento de metas operacionais. 5.2 Valor justo das aquisições: Alocação dos ativos: Ativos: Caixa e equivalentes de caixa 1.091 1.091 Outros ativos circulantes 1.363 1.363 Imobilizado 1.287 1.287 Intangível 200 200 Carteira de clientes (i) 4.726 4.726 Marca (ii) 7.180 7.180 Tecnologia (iii) 8.449 8.449 Total 24.296 24.296

Table with 3 columns: Medroom, IBCMED (a), Total. Rows include Passivos, Circulantes, IR/CS diferido passivo, Participação de minoritários.

Ativos líquidos adquiridos a valor justo (a) A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos dos ativos e passivos, consequentemente, do valor final do ativo ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra. O trabalho de determinação do valor justo de ativos intangíveis gerados na aquisição seguiu as seguintes metodologias: (i) O método utilizado para o cálculo do valor justo da carteira de alunos é uma variante da abordagem da renda, conhecido como Multiperiod Excess Earnings Method - MPEEM. Para a aplicação dessa metodologia é necessário estimar os ativos que contribuem para que os alunos possam gerar resultado futuro. (ii) O valor do ativo é atualizado pela economia de royalties que o proprietário teria em caso de ter a propriedade do ativo. É necessário determinar uma taxa de royalties que reflete a remuneração adequada do ativo. Os pagamentos de royalties, líquidos de impostos, são descontados a valor presente. (iii) A tecnologia foi avaliada utilizando a metodologia do custo (Reparting Cost, em português, "custo de reposição"). A fim de analisar a razoabilidade dos resultados obtidos a partir da aplicação do método do custo, foi calculada a taxa de royalty implícita.

Table with 3 columns: Medroom, IBCMED (a), Total. Rows include Alocação dos ativos, Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Outros ativos circulantes, Ativos não circulantes, Imobilizado.

Table with 3 columns: Medroom, IBCMED (a), Total. Rows include Passivos, Circulantes.

Ativos líquidos adquiridos a valor justo Nas datas de aquisição das entidades indicadas nas tabelas acima, o valor justo das contas a receber e demais ativos circulantes adquiridos é igual ao seu valor contábil. 6. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras: A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras é como segue:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Caixa e bancos (a), Aplicações financeiras - Operações (a), Total do caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras - Investimento (b), Total das aplicações financeiras, Total do caixa e equivalentes de caixa, Contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo, etc.

7. Contas A Receber: Consolidado 31/12/2021 9.666 5.986 2.903 67 18.622 (4.372) (4.372) 14.250 13.412 838

Contas a receber mensalidades (a) FIES - Financiamento estudantil (b) Financiamentos Sublocações, serviços e outros Total Provisão para perdas estimadas (c) Total Total geral contas a receber Ativo circulante Ativo não circulante (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo. (c) A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde, também, são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Table with 4 columns: Consolidado, 31/12/2021, Saldo por vencimento, Saldo líquido, % (*). Rows include Saldo do contas a receber, Provisão para perdas estimadas, Saldo líquido, % (*).

Continuação - Vencimentos: De 0 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, De 361 a 720 dias, Total

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento. (i) Os valores a receber de FIES e cartão de crédito estão classificados nessa linha. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Saldo inicial, Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício, Saldo proveniente de aquisição - Sobepe e Ages, Títulos baixados no exercício (i), Saldo final

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos. 8. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidos: 8.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

Saldo inicial, Combinação de negócio, Movimentação, Saldo final

Participação no patrimônio líquido, MedRoom, Sobepe, IBCMED, Ágio

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

Ativo, MedRoom, Sobepe, IBCMED, Ágio (iii), Total

(i) Refere-se a cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali a valor patrimonial. (ii) Refere-se à alocação final do preço de compra da Medroom (nota 5) realizada em 2021 (dentro do período de mensuração), resultando em uma redução ao ágio no valor de R\$ 5.576, sendo contrapartida dentro do mesmo grupo de investimentos.

Ativo, MedRoom, Sobepe, IBCMED, Ágio (iii), Total

(iii) O saldo de ágio foi submetido a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") conforme demonstrado na nota explicativa 12.2. 10. Imobilizado:

Ativo, MedRoom, Sobepe, IBCMED, Ágio (iii), Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros, Máquinas e equipamentos, Biblioteca e videoteca, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento (ii), Total

Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Total

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos. (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação. (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes da empresa IBCMED, ocorrida em 2021, e da empresa Medroom realizada em 2020. (iv) Refere-se ao saldo do balanço na data de aquisição da Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali a valor patrimonial. 11. Direito de Uso de Arrendamentos e Arrendamentos a Pagar: A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31/12/2020, Adições, Depreciações, Resultado, Saldo em 31/12/2021

(i) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da aquisição de participação societária por meio da cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali. Os pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

2022, 2023, 2024, 2025, Após 2025, Total

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 5,03% ao ano para 2022, 3,41% ao ano para 2023 e 3,00% para os anos posteriores a 2024, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

Direito de uso líquido, Passivo de arrendamento, Despesa de amortização, Despesa financeira, Total

Taxas anuais de amortização, Custos, Amortização acumulada, Intangível líquido, Intangível em 31/12/2021, Intangível em 31/12/2020

Taxas anuais de amortização, Custos, Amortização acumulada, Intangível líquido, Intangível em 31/12/2021, Intangível em 31/12/2020

Contribuição social, Total

(i) Refere-se ao reflexo de imposto diferido sobre a amortização dos seguintes intangíveis: marca, tecnologia e carteira de clientes. (ii) Refere-se a compensação com o imposto diferido ativo, constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. 8.2 Conciliação da taxa efetiva: A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Prejuízo antes de IRPJ e CSLL, Alíquota fiscal, Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal, Ajustes ao resultado, Equivalência patrimonial, Incentivo fiscal - PROUNI (a), Créditos tributários não constituídos (b), Outras adições e exclusões, IRPJ e CSLL calculados, IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício, IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício, Ativo, Passivo

(a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC. (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista que não existe expectativa de realização. 9. Investimentos: As principais demonstrações financeiras das controladas diretas e participação de acionistas não controladores (participação de minoritários) estão demonstradas a seguir:

Controladas diretas e participação de não controladores, Participação de não controladores, Patrimônio líquido, Resultado do exercício

Ativo, MedRoom, Sobepe, IBCMED, Ágio (iii), Total

(i) Refere-se à cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali a valor patrimonial. (ii) Refere-se à alocação final do preço de compra da Medroom (nota 5) realizada em 2021 (dentro do período de mensuração), resultando em uma redução ao ágio no valor de R\$ 5.576, sendo contrapartida dentro do mesmo grupo de investimentos.

Ativo, MedRoom, Sobepe, IBCMED, Ágio (iii), Total

(iii) O saldo de ágio foi submetido a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") conforme demonstrado na nota explicativa 12.2. 10. Imobilizado:

Benfeitorias em imóveis de terceiros, Máquinas e equipamentos, Biblioteca e videoteca, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento, Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros, Máquinas e equipamentos, Biblioteca e videoteca, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento (ii), Total

Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Total

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos. (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação. (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes da empresa IBCMED, ocorrida em 2021, e da empresa Medroom realizada em 2020. (iv) Refere-se ao saldo do balanço na data de aquisição da Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali a valor patrimonial. 11. Direito de Uso de Arrendamentos e Arrendamentos a Pagar: A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31/12/2020, Adições, Depreciações, Resultado, Saldo em 31/12/2021

(i) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da aquisição de participação societária por meio da cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali. Os pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

2022, 2023, 2024, 2025, Após 2025, Total

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 5,03% ao ano para 2022, 3,41% ao ano para 2023 e 3,00% para os anos posteriores a 2024, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

Direito de uso líquido, Passivo de arrendamento, Despesa de amortização, Despesa financeira, Total

Taxas anuais de amortização, Custos, Amortização acumulada, Intangível líquido, Intangível em 31/12/2021, Intangível em 31/12/2020

Taxas anuais de amortização, Custos, Amortização acumulada, Intangível líquido, Intangível em 31/12/2021, Intangível em 31/12/2020

Crescimento médio dos gastos ao ano, Carrying amount (valor testado), Total

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's a necessidade de ajuste ao valor recuperável. 13. Fornecedores:

Fornecedores nacionais, Total

14. Adiantamentos: (a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Praveler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Praveler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Praveler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Praveler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Praveler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço. 15. Títulos e Obrigações em Aquisições:

Earn outs, Índice de Correção, Aquisição da Medroom, Aquisição da IBCMED, Aquisição da Ages, Parcelamentos, Aquisição do Medroom, Aquisição da Sobepe (a), Opção de compra, Passivo de resgate de opção IBCMED (b), Total, Passivo circulante, Passivo não circulante

Saldo Inicial, Investimento, Adição, Ajuste a valor presente, Correção Monetária, Pagamento, Saldo Final, Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos títulos e obrigações em aquisições:

2022, 2023, 2024, 2025, Após 2025, Total

16. Patrimônio Líquido: a) Capital social: A Inspirali Educação S.A., ("Inspirali" ou "Companhia"), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com capital social de R\$ 10 (dez mil reais). A integralização do capital social aprovado foi realizada em 04 de fevereiro de 2020 mediante o aporte de capital da Anima Holding. Em 9 de dezembro de 2020, foi deliberado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 8.700.000 (oito milhões e setecentos mil) novas ações ordinárias, de forma que o capital social ficou majorado em R\$ 8.700. Em 31 de dezembro de 2020, foi concluída a integralização do capital social aprovado, pela Anima Holding. Assim, o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é composto por 8.710.000 (oito milhões, setecentos e dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$8.710. Em 1º de julho de 2021, foi deliberado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 3.180.026 (três milhões, cento e oitenta mil e vinte e seis) novas ações ordinárias, sem valor nominal. Desta forma, o capital social passa a ser de R\$11.890. O capital social aprovado, foi integralizado pela Anima Holding em 1º de setembro de 2021. Assim, o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021, é composto por 11.890.026 (onze milhões, oitocentos e noventa mil e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja composição é como segue:

Saldo Inicial, Investimento, Adição, Ajuste a valor presente, Correção Monetária, Pagamento, Saldo Final

17. Participação não Controladores:

Saldo em 31/12/2020, Adições, Depreciações, Resultado, Saldo em 31/12/2021

Saldo em 31/12/2020, Adições, Depreciações, Resultado, Saldo em 31/12/2021

Saldo em 31/12/2020, Adições, Depreciações, Resultado, Saldo em 31/12/2021

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos. (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação. (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes da empresa IBCMED, ocorrida em 2021, e da empresa Medroom realizada em 2020. (iv) Refere-se ao saldo do balanço na data de aquisição da Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali a valor patrimonial. 11. Direito de Uso de Arrendamentos e Arrendamentos a Pagar: A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31/12/2020, Adições, Depreciações, Resultado, Saldo em 31/12/2021

(i) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da aquisição de participação societária por meio da cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding para a Inspirali. Os pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

2022, 2023, 2024, 2025, Após 2025, Total

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 5,03% ao ano para 2022, 3,41% ao ano para 2023 e 3,00% para os anos posteriores a 2024, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

Direito de uso líquido, Passivo de arrendamento, Despesa de amortização, Despesa financeira, Total

Taxas anuais de amortização, Custos, Amortização acumulada, Intangível líquido, Intangível em 31/12/2021, Intangível em 31/12/2020

Taxas anuais de amortização, Custos, Amortização acumulada, Intangível líquido, Intangível em 31/12/2021, Intangível em 31/12/2020

Despesa financeira de arrendamento	-	-	(696)	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(2.631)	(327)	(3.887)	(327)
Outras despesas	(5)	(1)	(175)	(22)
Total	(2.636)	(328)	(4.758)	(349)
Resultado financeiro	(2.636)	(328)	(4.229)	(348)

21. **Transações com Partes Relacionadas:** A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Dividendos a receber	Fornecedores	Títulos e obrigações em aquisições (a)
Ánima Holding	45	2.073	35	168.248
Total	45	2.073	35	168.248

(a) Valor referente à cessão de ações da Sobep pela Ánima Holding à Inspiral pelo seu valor patrimonial de R\$ 168.248 em 2 de agosto de 2021. Valor foi quitado em 31 de março de 2022. Não há incidência de juros sobre a transação entre as empresas do Grupo, as quais são substancialmente de curto prazo.

21.1 **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	-	428	-	428

22. **Instrumentos Financeiros:** 22.1 **Gerenciamento de riscos financeiros:** No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. De acordo com o CPC 40/IFRS 7, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores	1.273	-	-	1.273
Títulos e obrigações em aquisição	200.803	44.042	51.458	296.303
Contas a receber com partes relacionadas	45	-	-	45

(b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. (i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.670/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber encerraram com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores, como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no período; e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos e acreditam que, juntas, tais

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores	24.391	-	-	24.391
Títulos e obrigações em aquisição	200.803	53.773	51.458	306.034
Arrendamentos a pagar	230	592	12.728	13.550
Contas a receber com partes relacionadas	11.703	-	200	11.903

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilarem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio. 22.2 **Gestão de capital:** A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.550
Caixa e equivalentes de caixa	6	(8)	(13)	(4.682)
Aplicações financeiras	6	-	-	(14.426)
Dívida líquida	(8)	(13)	(13)	(5.558)
Patrimônio líquido	16	(56.263)	12.551	(56.263)
Dívida total	(56.271)	(12.538)	(61.821)	(11.704)
Índice de alavancagem financeira	(0%)	(0%)	(0%)	(7%)

22.3 **Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:** (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, não foram identificadas diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos. Os valores justos estimados são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Passivos financeiros líquidos	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.550
Total	11	-	-	13.550

22.4 **Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Contrapartes sem classificação externa de crédito	-	-	-	25.953
Caixas e Bancos	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-
AAA (I)	8	13	3.241	754
AA- (I)	-	-	1.433	2
A- (I)	-	-	8	-
Total	8	13	4.682	756

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. O Saldo residual da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa. 23. **Análise de Sensibilidade:** Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 9,15% (divulgado pela CETIP), INPC – 10,16% (divulgado pelo IBGE), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada demonstrativo.

medidas poderão reverter os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado. (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating (nota explicativa 22.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	13	4.682
Aplicações financeiras	6	-	-	14.426
Contas a receber	7 e 21	-	-	25.953
Adiantamentos diversos	-	68	-	1.025
Contas a receber com partes relacionadas	21	45	-	11.703
Créditos com partes relacionadas	21	45	-	200
Total	166	13	13	57.989

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilarem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio. 22.2 **Gestão de capital:** A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.550
Caixa e equivalentes de caixa	6	(8)	(13)	(4.682)
Aplicações financeiras	6	-	-	(14.426)
Dívida líquida	(8)	(13)	(13)	(5.558)
Patrimônio líquido	16	(56.263)	12.551	(56.263)
Dívida total	(56.271)	(12.538)	(61.821)	(11.704)
Índice de alavancagem financeira	(0%)	(0%)	(0%)	(7%)

22.3 **Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:** (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, não foram identificadas diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos. Os valores justos estimados são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Passivos financeiros líquidos	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.550
Total	11	-	-	13.550

22.4 **Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Contrapartes sem classificação externa de crédito	-	-	-	25.953
Caixas e Bancos	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-
AAA (I)	8	13	3.241	754
AA- (I)	-	-	1.433	2
A- (I)	-	-	8	-
Total	8	13	4.682	756

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. O Saldo residual da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa. 23. **Análise de Sensibilidade:** Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 9,15% (divulgado pela CETIP), INPC – 10,16% (divulgado pelo IBGE), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada demonstrativo.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Inspiral Educação S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inspiral Educação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Inspiral Educação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inspiral Educação S.A. e da Inspiral Educação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Provisão para perdas esperadas em créditos (Nota explicativa 7): Provisão para perdas esperadas em créditos (Nota explicativa 7) A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas em créditos, no montante de R\$ 4.372 mil (consolidado), representa 23,5% do saldo de contas a receber nessa mesma data. A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da carteira de recebíveis. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios estabelecidos na política da Companhia e os controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que têm como base a análise de contas a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list), o status do aluno e característica do título. Realizamos testes, em base amostrais, da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como, recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social. Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com o contas a receber, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos sobre a evasão de alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos são consistentes com as informações e documentos apresentados. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável de ativos (Nota explicativa 12):** A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 225.531 mil (consolidado), sendo R\$ 183.912 mil registrados como ativo e R\$ 37.619 mil referentes a licenças. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em rela-

Consolidado

	31/12/2021		Efeito no resultado			
	Indexador	Risco	Valor	Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(14.426)	(1.320)	(990)	(660)
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	8.815	896	1.120	1.342
Exposição líquida - perda	-	-	(5.611)	(424)	130	683

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "baixa do CDI e alta do INPC", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **24. Cobertura de Seguros:** É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de ráios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves. **25. Outros Assuntos:** Acordo de Investimento com a DNA Capital Consultoria Ltda. Em 29 de novembro de 2021, a Ánima Holding S.A. assinou um Contrato de Investimento com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão ("DNA Capital"), mediante o qual aprovou o aumento de capital na Inspiral, com a expressa renúncia ao direito de preferência que lhe assiste em favor da DNA Capital mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Inspiral, pelo preço de emissão total de R\$1.000.000, correspondente a 25,0% de seu capital social total e votante. Por meio do Contrato de Investimentos, sujeito às condições precedentes costumeiras nesse tipo de operação, a Ánima Holding assumiu, entre outras obrigações, as seguintes: • Concluiu uma reorganização societária, consolidando, no âmbito da Inspiral, os resultados econômico-financeiros provenientes das operações educacionais relativas aos cursos de medicina; • Realizou uma Assembleia Geral Extraordinária da Ánima Holding S.A., submetendo a entrada da DNA Capital na Inspiral, mediante a emissão de novas ações ordinárias, que representam os 25,0% do capital social total e votante da Inspiral ("Ações Subscritas"); A DNA Capital, por sua vez, superadas as condições acima, subscreveu a integralização da totalidade das Ações Subscritas, pelo preço de subscrição correspondente a R\$ 1.000.000, pago à vista no dia 31 de março de 2022. Dentre as condições precedentes a implementação da operação, ressalta-se a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável. **26. Eventos Subsequentes:** Em 2 de janeiro de 2022, foi realizada, pela Ánima Holding, a venda de 51.546.392 ações da VC Network para a Inspiral pelo valor de R\$ 2.100.000, correspondentes a 49% do total de suas ações. Em 3 de janeiro de 2022, a Ánima Holding realizou um aumento de capital na Inspiral mediante o aporte de 6.260.188 ações de sua titularidade, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255.040. Com esse aporte em bens a partir desta data a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspiral que detém 55% de seu capital social. Em 28 de janeiro de 2022 o Acordo de Investimento mencionado na nota explicativa nº 25 foi aprovado sem restrições, pela Superintendência da CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Conforme norma vigente, após a publicação do ato, teve início a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que referida decisão transite em julgado, se tornando definitiva. Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da Ánima Holding, equivalentes a 45% do capital social da VC Network, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. As ações preferenciais terá garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Também foi assinado, entre Ánima Holding e Inspiral, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização, para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente demais cursos, ou vice-versa. Em 31 de março de 2022, após a celebração de acordo de investimento estratégico entre a Companhia e a DNA Capital Consultoria Ltda. ("DNA Capital"), e uma vez que todas as condições precedentes foram atendidas, o Fundo de Investimentos em Participações Multietária Genoma VIII ("Fundo Genoma VIII"), administrado pela DNA Capital) adquiriu 25,0% do capital social total e votante da Inspiral no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais). Em 31 de março de 2022, a Inspiral emitiu a 1ª emissão de debêntures simples, com uma série única, no montante de R\$ 2.000.000 mil. O custo relacionado a essa emissão totalizou R\$ 39.256 mil. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão. Em 31 de março de 2022, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Inspiral, a eleição dos sete membros do Conselho de Administração (dois eleitos pelo Fundo Genoma VIII e os demais pela Ánima, sendo 2 independentes) e a criação dos seguintes comitês: (i) Comitê Especial e de Expansão e (ii) Comitê de Auditoria, Compliance, Recursos Humanos e Tributários. O Conselho de Administração da Inspiral aprovou os regimentos internos dos respectivos comitês e indicará seus respectivos membros nos próximos 60 dias.

Marcelo Battistella Bueno - Diretor Presidente
André Tavares Andrade - Diretor Financeiro
Mary Afonso Mousinho - Contadora - CRC/MG 088.391/O-8

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e em relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, circunstancialmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 17 de setembro de 2022
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25P000160/O-5
Fábio Abreu de Paula - Contador CRC 1M6075204/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7607-0F72-C0C8-6B36> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7607-0F72-C0C8-6B36



Hash do Documento

4uZLp4O4O0PBMI/bINPXc3z5O5XU7ga+NkM5tVQDk/A=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/05/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 11/05/2023 20:42 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

